

ATLAS SEMÂNTICO-LEXICAL DA REGIÃO DO GRANDE ABC – UM ESTUDO GEOLINGÜÍSTICO

Adriana Cristina CRISTIANINI¹

RESUMO

A variação lingüística constitui um grande desafio àqueles que direcionam seus olhares aos estudos da linguagem. Inúmeros são os fatores que concorrem para que se amplie a complexidade desse tipo de estudo, sobretudo no que tange à variação dialetal. Dentre eles, podemos ressaltar a dificuldade do registro dos fenômenos lingüísticos em face das rápidas mudanças pelas quais a sociedade passa e a grande mobilidade populacional característica em todo o País. Apesar disso, dialetólogos de todo o Brasil, enfrentando os obstáculos, têm buscado na Geolingüística o modo de fazer esse registro. Aplica-se um questionário a um grupo de sujeitos com características específicas em uma rede de pontos. Os resultados são apresentados em tabelas, gráficos, quadros e em cartogramas. Os conjuntos de cartogramas consistem nos atlas lingüísticos das regiões pesquisadas. Nosso trabalho resultou na elaboração do *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC*, que representa a documentação da variação lingüística lexical dessa localidade no presente e, por conseguinte, descreve um recorte da linguagem utilizada pela comunidade para representar o mundo que os cerca. Além disso, a análise de aspectos semântico-lexicais da fala de um grupo humano, especialmente num recorte regional, proporciona a recolha de formas lingüísticas que denotam as influências socioculturais sofridas por esse grupo. Assim, podemos falar da força criadora da linguagem que, por vezes, atravessa fronteiras políticas e naturais, infiltrando-se, de forma sutil, em culturas e sociedades diversas.

PALVRAS-CHAVE: Dialetologia; Geolingüística; Atlas lingüístico; Região do Grande ABC paulista; Português do Brasil.

Considerações iniciais

A região do Grande ABC paulista, formada por sete municípios – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra –, tem uma importância considerável no contexto sócio-político-econômico-cultural do Brasil.

¹ UNIBAN – Instituto de Educação; GPDG-USP – Grupo de Pesquisa em Dialetologia e Geolingüística; Correspondência: Rua do Sacramento, 31, ap. 3, 09640-000, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo, SP, Brasil, dricris@usp.br.

A história do surgimento e do desenvolvimento dos municípios do Grande ABC mostram-nos que a migração e a imigração podem ter dado origem a uma certa variação e mudança lingüísticas na fala dos habitantes da região.

Desde sua origem, percebemos que alguns itens nos direcionam a uma reflexão sobre quais fatores teriam influenciado na concretização da norma lingüística que se apresenta na atualidade.

Dentre outras características, percebe-se a grande mobilidade da população, fazendo crer que, atualmente, no Grande ABC, há poucos usuários que falam a norma da região. Por isso, fez-se necessário resgatar a variação semântico-lexical da língua falada no Grande ABC, como forma de se registrar a memória lingüística da comunidade dessa região.

O presente trabalho busca relatar a pesquisa que registrou parte desse cabedal lingüístico e descreveu a norma semântico-lexical da região do Grande ABC paulista, com a elaboração do *Atlas Semântico-Lexical da Região do Grande ABC*.

O léxico

A língua, a sociedade e a cultura são indissociáveis, visto que interagem a todo momento. Na realidade, temos um complexo processo que possibilita a relação do homem com o mundo e do homem com o homem, cuja mediação se dá por meio da língua. Esta, por sua vez, é constituída de inúmeras minúncias que formam um todo a ser analisado. Contudo, devido à necessidade científica, para descrição e análise, a

língua de certa forma aparece desmembrada, mesmo estando claro que sua existência só seja possível quando em conjunto.

Focalizamos, então, entre os elementos que compõem o código lingüístico, apenas os que constituem os universos lexical e semântico.

Segundo Biderman (1992, p.399):

O léxico é o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos lingüísticos e não lingüísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da herança cultural.

Podemos afirmar que o léxico é o conjunto de todas as palavras que estão à disposição do locutor e, num dado momento, ele pode empregar ou compreender.

Como Dubois (1978, p. 364):

Como termo lingüístico geral, a palavra *léxico* designa o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor, etc. Por essa razão, *léxico* entra em diversos sistemas de oposição, conforme o modo pelo qual é considerado o conceito.

Conforme afirma Muller (1968), podemos conceber uma série de conjuntos que comportam todos os nomes do léxico, tais como:

- Léxico de um idioma (no sentido *lato*) dentro de certos limites cronológicos;
- Léxico da mesma língua em sincronia;
- Léxico de um grupo humano restrito a uma comunidade lingüística;
- Léxico de um indivíduo de um certo grupo;
- Léxico de um certo indivíduo em uma dada situação estilística, ou em uma dada situação temática;

- Léxico de um mesmo indivíduo, em uma situação estilística e temática definida.

Entre as unidades lexicais e os conjuntos acima definidos, podemos estabelecer as relações de inclusão e de exclusão.

Diante dessa colocação, é importante esclarecermos que a perspectiva adotada por nós é a de observarmos o léxico como conjunto de unidades de uma comunidade lingüística determinada. Também nos cabe ressaltar que foram verificados itens lexicais para podermos observar a norma da comunidade lingüística em um dado espaço geográfico.

Norma semântico-lexical

O termo “norma” tem não poucas acepções. Há excelentes estudos elaborados por lingüistas especificamente sobre o tema, e para o presente trabalho, partiremos de uma proposta feita por Savioli e Fiorin (2003) em que os autores indicam dois tipos de normas e enumeram algumas características de cada uma.

Na primeira acepção, os autores definem norma como: de caráter normativo; de determinação de um ideal; de orientação do que deve ser; de conformidade com uma regra; correspondente melhor à idéia tradicional de gramática como “arte de falar e escrever bem”; regra que determina como alguma coisa deve ser; modelo de alguma coisa; idéia de obediência; e julgamento de valor.

A segunda acepção apresenta norma como: normal; constatação do real; a descrição do que é de fato; diz respeito à determinação e descrição de uma normalidade, de um fato corrente e geral; está relacionado ao uso; estado habitual, de uso corrente, costume

concordante com a maioria dos casos; concepção de média; frequência estatística; tendência geral ou habitual.

Se observarmos atentamente, veremos que todas as características da primeira acepção orientam para o caráter normativo dos estudos lingüísticos. Trata-se de uma referência à gramática normativa.

Já as características presentes na segunda acepção, diferentes da primeira, tendem para a visão do estudo da língua de acordo com a “descrição de uma normalidade”, conforme afirmam os autores. É justamente este enfoque, abordado por Coseriu, Muller e Barbosa, que sedimenta a proposta de norma semântico-lexical que ora apresentamos.

A norma consiste nos padrões de uso, na forma como os usuários fazem uso do Sistema para comunicar-se. É devido à norma que os falantes podem se servir de algumas possibilidades do Sistema, descartar outras e, ainda, não utilizar outras.

Podemos dizer que a norma é padrão grupal de uso. É norma tudo o que é de uso comum e corrente numa dada comunidade lingüística. A norma é, para Santos (1991, p.11), composta de “[...] modelos fixados, usados e consagrados por uma comunidade lingüística ou segmento social”. O conceito de norma se estabelece em uma dupla abstração, dado que, por um lado, elimina tudo o que é puramente subjetivo, inédito, originalidade expressiva individual e, por outro lado, abstrai uma norma única, geral na comunidade.

Na realidade, em uma única comunidade lingüística, percebemos a existência de várias normas. Essas normas se ligam a diversos fatores que fazem com que os falantes expressem as variações lingüísticas próprias a sua região, a sua classe social etc.

Segundo Alkmin (2003, p. 34), “as variações observadas nas línguas são relacionáveis fatores diversos: dentro de uma mesma comunidade de fala, pessoas de origem geográfica, de faixa etária, de gêneros diferentes falam distintamente”.

Ainda que se possa especificar e definir cada uma dessas normas, elas se interseccionam a todo instante, não se efetivando de maneira estanque. Nos atos de fala, os interlocutores fazem uso de várias normas, combinando-as de acordo com as exigências comunicativas, sua experiência anterior e sua procedência. Em uma mesma comunidade, portanto, coexistem diferentes normas e, além disso, um único indivíduo pode transitar ou associar uma norma à outra (SANTOS, 1991).

Conclui-se, então, que os falantes de uma mesma língua, mas de regiões geográficas diferentes, têm características lingüísticas distintas e, se pertencem a uma mesma região, também apresentam características diversas, tendo em vista os diferentes estratos sociais e as diferentes circunstâncias de comunicação.

Entretanto, essa coexistência de variedades não se dá no vácuo, pelo contrário, sofre a interferência das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade. Diante disso, percebemos que, conforme os sistemas de valores vigentes numa comunidade ou num segmento social, há, segundo Alkmin (2003, p. 39), “[...] uma ordenação valorativa das variedades lingüísticas em uso, que refletem a hierarquia dos grupos sociais”.

Para Gnerre (1998, p. 6-7), “Uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”.

Desse modo, fica evidente a existência de uma variedade de prestígio e de variedades não prestigiadas nas sociedades.

A variedade de maior prestígio dentro de uma sociedade impõe-se como variedade padrão, também chamada norma culta e, com tal, passa a ser imposta a alguns segmentos sociais e apresentada como única possibilidade lingüística “correta” e, como afirma Scherre (2005, p. 43):

Em nome da *boa língua* pratica-se a injustiça social, muitas vezes humilhando o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade em seu redor. E mais do que isto: a escola e a sociedade – da qual a escola é reflexo ativo – fazem associações perversas, sem respaldo lingüístico estrutural, entre domínio de determinadas formas lingüísticas e beleza e feiúra; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e elegância e deselegância; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e competência ou incompetência; entre domínio de determinadas formas lingüísticas e inteligência e burrice [...].

Histórico e tradicionalmente, o dito melhor modo de se falar e as regras do bom uso da língua correspondem, não coincidentemente, aos hábitos lingüísticos dos grupos socialmente dominantes e de determinadas regiões geográficas.

Segundo Alkmin (2003, p. 40), “A variedade alçada à condição de padrão não detém propriedades intrínsecas que garantem uma qualidade ‘naturalmente’ superior às demais variedades” e “[...] coincide com a variedade lingüística falada pela nobreza, pela burguesia, pelo habitante de núcleos urbanos, que são centros de poder econômico e do sistema cultural predominante”.

Além de a norma culta ser a mais prestigiada da sociedade, podemos observar um certo desprezo pela modalidade oral que é, conforme Santos (1991, p. 11), “[...] norma de modalidade tida como incorreta para alguns, mesmo em situações em que ela é

exigida”. Ainda conforme Santos (1991, p. 11), “Algumas normas de espaço físico também sofrem o desprestígio e, com isso, apresentam tendência ao desaparecimento”.

Para a Lingüística, entretanto, afirmações de que há línguas e normas “inferiores” carecem de qualquer fundamento científico. Cada língua expressa a identidade de um povo, assim como cada norma expressa a identidade de um segmento. Desse modo, todas as línguas e as normas, que se subdividem em subnormas conforme sua natureza, servem legitimamente à expressão de seus usuários (Santos, 1991, p. 11).

Ao lado do aspecto qualitativo, a norma tem também um aspecto quantitativo. Barbosa (1989, p. 573-4) explica esse duplo aspecto:

[...] uma norma de grupo de indivíduos, por exemplo, se define de um ponto de vista, como conjunto de modelos de realizações concretas, e, de outro, como o conjunto dos fatos de alta freqüência e distribuição regular nos discursos dos sujeitos falantes [...].

Dessa forma, a norma, além de conjunto de modelos de realizações concretas ou modelos fixados, consagrados e usados por um grupo, destaca-se igualmente pela alta freqüência e distribuição regular.

Fiorin e Platão (2003) apontam duas características relativas a esse aspecto: 1) concepção de média; freqüência estatística; tendência geral ou habitual; 2) estado habitual, de uso corrente, costume concordante com a maioria dos casos.

É justamente aqui que se pode incluir Muller, pioneiro dos estudos de Lingüística Estatística, mormente os aspectos relativos à Estatística Lexical.

A Estatística Lexical, para Muller, é o estudo quantitativo de um texto ou de um *corpus*. Cabe ressaltar que, aqui, entende-se por texto todo enunciado ou fragmento de

enunciado, todo discurso, falado ou escrito, fragmentado ou contínuo, proveniente de um mesmo locutor e que apresenta uma mesma unidade no *corpus*.

Para a apuração estatística, Muller afirma que cada vocábulo, num *corpus* é dotado de frequência. O autor esclarece que o termo frequência, em estatística, é definido como o número efetivo de casos observados, o número de ocorrências precisas, reportando-se ou não ao número total de ocorrências encontradas no *corpus* de um trabalho. Quando nos referimos ao número exato das ocorrências no *corpus*, temos a “frequência absoluta”. Ao aplicarmos o termo frequência referindo-se à relação entre os números de ocorrências e os números de casos possíveis, ou seja, quando o número de ocorrências faz referência ao número total do *corpus*, temos a “frequência relativa”.

Ao utilizarmos, em nossa pesquisa, as respostas dos sujeitos ao questionário semântico-lexical, buscamos verificar a frequência absoluta e relativa de uma dada designação, considerando que o questionário semântico-lexical, conforme observa Santos (2006, p. 83) “consiste num conjunto de questões de cunho descritivo, cujo objetivo se constitui em investigar a designação atribuída pelo entrevistado, sujeito da pesquisa, a determinados objetos do mundo referencial ou imaginário previamente selecionados”. Direcionamos, então, nosso enfoque para o nível da lexia, pois, segundo Barbosa (1978, p. 66-7) é “ao nível da lexia, unidade de comportamento, unidade memorizada que a noção categoria, como parte do discurso, adquire seu valor” e ainda:

Se o vocábulo se nos apresenta como um modelo constituído, a lexia será formada a partir dessas estruturas. Assim, muito embora a estrutura de algumas lexias coincida com a dos vocábulos que lhes correspondem, no plano meramente formal, outras há que compreendem em sua própria estrutura a de dois ou três destes últimos. Os vocábulos, pois, são componentes, a substância da forma lexical; eles mesmos se definem pela natureza dos elementos que o compõem, e que lhes servem, por sua vez de substância.

Em nosso trabalho, optamos pela lexia à qual associamos as noções de frequência e distribuição enunciadas por Barbosa (1989, p. 573-4), que define “[...] uma norma de grupo de indivíduos [...] como conjunto de modelos de realizações concretas, e, de outro, como o conjunto dos fatos de alta frequência e distribuição regular”.

Considerando a noção de espaço, que embasa os trabalhos de Geolingüística, a distribuição remete aos pontos, a saber, localidades focalizadas na pesquisa. Portanto, quando se afirma que uma determinada lexia tem distribuição regular, significa que ela foi utilizada por sujeitos em todos os pontos. No tocante à frequência, embora não se estabeleça um índice numérico exato para determinar o que é alta frequência, entende-se por alta frequência o uso de uma lexia acima do das demais lexias encontradas numa região, mormente quando os índices forem bem elevados (SANTOS, 2006).

Os cálculos de frequência de aparecimento de lexias no *corpus* e a verificação dos pontos em que ocorreram, apresentados nas tabelas, nos gráficos e nos cartogramas buscam justamente retratar o uso corrente de uma dada lexia na região. Dessa forma, a norma semântico-lexical da região do Grande ABC se configura como a associação entre lexias de alta frequência e distribuição regular, dito em outras palavras, lexias encontradas em número elevado e em todos os pontos da região (SANTOS, 2006).

A Geolingüística

A variação geográfica ou diatópica, objeto de estudo deste trabalho, está relacionada às variações lingüísticas no espaço físico, facilmente observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. A Geolingüística, segundo Dubois (1978, p. 307), “é o estudo das variações na utilização da língua por indivíduos ou grupos sociais de origens

geográficas diferentes”. Podemos também ver a Geolingüística como um estudo cartográfico dos dialetos, como nos mostra Jordan (1962, p. 273) ao afirmar que “A geografia lingüística significa a representação cartográfica do material lingüístico com o objectivo de determinar a repetição topográfica dos fenômenos”.

Dessa forma, é possível visualizar as relações entre o ambiente geográfico e a difusão e distribuição espacial dos fenômenos lingüísticos, verificando-se a norma diatópica da localidade. É o registro do material coletado em cartogramas lingüísticos que, compilados, constituem os atlas lingüísticos.

A idéia de se apresentarem os resultados em forma de atlas surgiu quase espontaneamente, por possibilitar perceber, com uma vista de olhos, as particularidades de um dialeto. Se comparado com o estudo dos glossários, foi um passo à frente nos estudos dialetais, pois por meio de um cartograma lingüístico podemos visualizar, de maneira sinóptica, as variedades de determinada lexia em uma dada área geográfica.

Considerando que a idéia de norma está definitivamente caracterizada pela presença da alta freqüência e pela distribuição regular das variações em uma comunidade lingüística, e que cabe à Geolingüística a descrição das variações diatópicas, poderemos especificar, por meio das respostas obtidas de entrevistas aplicadas a sujeitos de um certo grupo numa dada localização, a norma característica do local, além de precisar a repetição topográfica dos fenômenos observados em cartogramas.

A pesquisa

Para a realização do trabalho, seguimos, portanto, os preceitos da Geolingüística, que consiste na aplicação de um questionário a um conjunto de sujeitos com determinadas

características, numa rede de pontos, em que os resultados são apresentados em tabelas, gráficos, quadros e, finalmente, em cartogramas.

Como ocorre habitualmente em Geolingüística, o trabalho desenvolveu-se combinando algumas formas de pesquisa. Inicialmente, fizemos a pesquisa teórica aprofundada sobre o tema, seguida de uma pesquisa de campo, transcrição e organização dos dados. A organização dos dados permitiu-nos chegar à descrição do *corpus*. Os resultados foram apresentados sob a forma de gráficos, tabelas, quadros e cartogramas, acompanhados de um texto explicativo.

A pesquisa iniciou-se, na verdade, com o estudo da história e das características culturais da região à qual a pesquisa está relacionada. Essa etapa, freqüente em muitos trabalhos de geolingüística, possibilita a compreensão dos resultados obtidos.

Para a pesquisa de campo, seguimos, sempre que possível, as diretrizes estabelecidas pelo Projeto Atlas Lingüístico do Brasil - Projeto ALiB. É importante esclarecermos que o intuito de uma proximidade metodológica com o Projeto ALiB dá-se por conta de, posteriormente, termos base para um possível cotejamento entre a realidade lingüística da região do Grande ABC e de outras localidades do Brasil.

Para a delimitação dos pontos, observamos os critérios do Projeto ALiB em que cada ponto corresponde a um ou mais municípios e que, portanto, o máximo de sujeitos entrevistados nos municípios é quatro. Faz-se exceção somente em cada capital estadual de todo o País, onde são entrevistados oito sujeitos.

Como as capitais estaduais, via de regra, possuem uma densidade demográfica muito maior que as demais cidades do País, e que houve a duplicação no número de sujeitos nesses locais, julgamos que poderíamos buscar um critério semelhante para a região.

Analisamos, então, a densidade demográfica e observamos que dois dos sete municípios da região comportam mais da metade da população. Santo André abriga 27,6% da população de toda a região e São Bernardo do Campo, 29,8%. Os dois municípios juntos, portanto, abrigam 57,4% de toda população do Grande ABC.

Diante do exposto, verificamos a possibilidade de, mais uma vez, mantermos um paralelo com o Projeto ALiB. Para isso, resolvemos considerar o modelo de números de sujeitos das capitais brasileiras para os municípios de Santo André e São Bernardo do Campo – oito sujeitos, divididos em dois pontos. Para as demais cidades, mantivemos a regra de quatro sujeitos, em um ponto, por município.

Contudo, ainda tínhamos que observar alguns fatores, pois os municípios de Santo André e São Bernardo do Campo são muito maiores que os demais não só em demografia, mas também em área. Além disso, São Bernardo do Campo apresenta uma divisão nítida entre zona urbana e zona rural, o que nos parece de grande relevância. Santo André, por sua vez, contém uma região considerada área histórica e que tem um certo isolamento da área urbana do município, Paranapiacaba.

Por isso, resolvemos que seria conveniente que em cada um desses dois municípios tivéssemos os pontos distribuídos de forma a direcionarmos um ponto para a área urbana de cada um dos dois municípios e outro ponto, na área rural em São Bernardo do Campo e na área histórica em Santo André.

Nove foram, então, os pontos estabelecidos e determinou-se que, em cada ponto, quatro sujeitos seriam entrevistados, somando-se um total de trinta e seis sujeitos.

A determinação do perfil dos sujeitos buscou atender principalmente à questão geográfica, por isso, procuramos preferencialmente sujeitos nascidos no local ou residente na região por, ao menos, dois terços da vida.

Outras variáveis, sociais, também foram consideradas para a pesquisa, tais como, gênero, faixa etária e escolaridade. Foram, para isso, entrevistados, por ponto, um homem e uma mulher na faixa etária mais jovem (1), de 18 a 30 anos, e um homem e uma mulher na faixa etária de 50 a 65 anos, mais alta (2). Quanto à escolaridade, os sujeitos possuíam, um nível de escolaridade, no máximo, até a oitava série do Ensino Fundamental.

Dada a grande mobilidade existente não só com a migração para a região, mas também com a mobilidade de local de habitação dentro da própria região, a dificuldade de localização dos sujeitos com o perfil determinado foi grande. Mesmo assim, insistimos em entrevistar sujeitos da primeira faixa etária nascidos na região, ou lá residentes desde a primeira infância, e somente entrevistamos sujeitos residentes no local há anos correspondentes, no mínimo, a dois terços da vida, quando necessário, junto àqueles da segunda faixa etária.

Escolhemos, para as entrevistas, a aplicação do questionário lingüístico direcionado ao aspecto semântico-lexical aprovado pelo Comitê Nacional do Projeto ALiB (versão 2001) – o QSL - composto de 202 questões que estão distribuídas em 14 áreas semânticas: acidentes geográficos; fenômenos atmosféricos; astros e tempo; atividades agropastoris; fauna; corpo humano; ciclos da vida; convívio e comportamento social; religião e crenças; jogos e diversões infantis; habitação; alimentação e cozinha; vestuário e acessórios; vida urbana.

As questões são apresentadas com um tema que existe para a orientação do entrevistador. É importante deixar claro que não esperamos que as respostas dos sujeitos sejam necessariamente a lexia que aparece no tema de cada questão.

A transcrição das respostas oriundas da pesquisa de campo com gravações da aplicação do QSL aos 36 sujeitos da região do Grande ABC levou em conta os seguintes elementos:

1. Buscamos, sempre que possível, e partindo das respostas dos sujeitos, registrar a incidência lexical seguindo-se as entradas que tradicionalmente encontramos no manuseio de dicionários. Mantivemos, entretanto, a resposta exata dos sujeitos quando a flexão utilizada tivesse sido relevante para as análises. Essa opção deve-se à necessidade de adequar o material ao modelo quantitativo proposto por Muller, para contagem – incidência lexical – e elaboração de cartogramas. A observação das formas nas entradas de dicionários, quando possível, trata-se de uma tentativa de agrupamento do material. Contudo, todo o material coletado, uma vez que está registrado, pode e deve ser objeto de artigos e estudos específicos.²
2. Consideramos, para descrição quantitativa, a primeira lexia apresentada nos casos em que o sujeito ofereceu duas ou mais respostas.
3. Também procuramos ignorar as variações fonéticas, pois, apesar de ser de grande importância para os estudos lingüísticos, não são contempladas pelo nosso trabalho.

² O *corpus* mantém-se intacto e pode ser consultado a qualquer instante no CD-Rom *Atlas Semântico-Lexical da Região do Grande ABC* e nas notas disponibilizados no verso dos cartogramas de cada questão.

Para a descrição quantitativa, utilizamos as ferramentas do programa *Microsoft Excel* para que tivéssemos os dados referentes à contagem das ocorrências que nos geraram planilhas com as frequências absolutas e relativas das lexias observadas.

Esse trabalho nos gerou 809 planilhas que foram todas analisadas para que pudéssemos elaborar quadros, tabelas e gráficos dos resultados relevantes e, posteriormente, a descrição dos resultados.

Os quadros e as tabelas são importantes, pois possibilitam o registro integral das respostas dos sujeitos ao questionário. Enquanto as tabelas apresentam em seu bojo séries estatísticas e devem sempre ser confeccionadas de forma que permita seu rápido e pleno entendimento, sem que seja necessária a recorrência constante ao texto, o quadro, por sua vez, não apresenta dados estatísticos. Os gráficos apresentam de forma sinóptica os resultados obtidos.

Apresentamos a descrição dos resultados, mantendo a distribuição em subáreas semânticas e a ordem de perguntas apresentada QSL. A frequência absoluta, ou seja, os efetivos reais aparecem registrados com numerais inteiros. Quanto à frequência relativa, aos efetivos percentuais, fizemos a opção de representação matematicamente arredondada, considerando-se duas casas decimais para os cálculos da frequência. No decorrer dessa descrição, apresentamos gráficos para indicar as frequências absoluta e relativa das lexias observadas, exceto quando tivemos um alto número de lexias constatadas para a questão. Nestes casos, usamos tabelas para fazê-lo. Quando se fez necessária alguma abordagem sobre as variáveis município, gênero e faixa etária, demos preferência ao uso de gráficos.

Ainda mais importante que os gráficos, quadros e tabelas para o nosso trabalho são os cartogramas lingüísticos, pois, por meio deles, podemos visualizar rapidamente a distribuição de um determinado fenômeno lingüístico.

Apesar de Coseriu e outros estudiosos utilizarem o termo mapa e, ainda, outros pesquisadores preferirem o termo carta, em nosso trabalho, utilizamos o vocábulo cartograma, após consulta a dicionários e a especialistas em cartografia. No Dicionário Eletrônico Houaiss (2001), cartograma é “quadro ou mapa em que se representa graficamente, por meio de linhas e figuras, a ocorrência quantitativa ou a intensidade de diversos fenômenos (índices de natalidade, distribuição de populações etc.)”. Segundo Sanchez (1973), o cartograma é um tipo de representação que se preocupa mais com informações que serão objetos da distribuição espacial no interior do mapa, que com os limites exatos e precisos ou com coordenadas geográficas. Verifica-se, então, que o termo cartograma remete ao conteúdo, ou seja, às informações que vão ser colocadas no interior do mapa.

Cabe ainda esclarecer que, nos cartogramas, assim como nas tabelas e quadros, utilizamos para apresentação dos dados a ordenação pela maior ocorrência das respostas. Quando há coincidência no número de ocorrências, organizamos os dados seguindo a ordem alfabética das identificações dos pontos ou de lexias constatadas. As abstenções são apresentadas sempre ao final e, para representá-las, fizemos uso do símbolo “∅”.

Considerações finais

Como parte integrante do trabalho, oferecemos o *Atlas Semântico-Lexical da Região do Grande ABC*, que apresenta, de maneira sinóptica, os resultados da pesquisa aqui relatada. Elaboramos 202 cartogramas lexicais correspondendo a cada uma das questões do QSL. Além desses, outros 4 cartogramas introdutórios foram elaborados para localização da região, apresentação dos municípios e dos respectivos pontos.

Esclarecemos que utilizamos numerais cardinais para a numeração dos cartogramas do supracitado Atlas, mantendo-se os números das questões e os temas utilizados pelo QSL, aplicado para a pesquisa, mesmo quando os resultados indicam ser outra lexia a norma da região. Nos casos em que a pergunta do QSL possui mais de uma lexia, para compor o tema da questão, fizemos a opção de utilizar a primeira lexia apresentada.

O conjunto desses cartogramas constituem-se num retrato, ainda que parcial, do falar da região do Grande ABC.

Juntamente com alguns outros estudos já realizados no estado de São Paulo – entre eles: *Estudo geolingüístico de aspectos semântico-lexicais nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela* (ENCARNAÇÃO, 2005); *Estudo geolingüístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspectos semântico-lexicais* (IMAGUIRE, 2004); *Abordagem semântico-lexical do falar sorocabano, com base no questionário do ALiB* (SANTOS, 2005); *Estudos geolingüísticos de aspectos semântico-lexicais do campo semântico 'alimentação e cozinha' (questionário do ALiB) no município de Sorocaba.* (SANTOS, 2002); e outros projetos em fase de desenvolvimento – o *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* compõe parte importante dos registros da norma de aspecto semântico-lexical do Estado de São Paulo.

Além desses estudos, cabe ressaltar o trabalho do Grupo de Pesquisa em Dialetoлогия e Geolingüística – GPDG/USP, que tem o objetivo de fomentar a discussão e a pesquisa de temas relativos à Dialetoлогия/Geolingüística. Em 2005, o GPDG/USP deu início ao projeto coletivo – “Estudo sociogeolingüístico do município de São Paulo: o léxico - parte I”, que visa à elaboração de um banco de dados do léxico do português falado no município de São Paulo, do ponto de vista sociogeolingüístico, em cinco pontos do município de São Paulo, correspondentes às cinco regiões da cidade de São Paulo. Os membros do grupo, além disso, têm apresentado seus trabalhos em congressos nacionais e internacionais, simpósios, seminários, jornadas, palestras e outros.

Referências bibliográficas

ALKMIN, T. M. Sociolingüística: Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2003, p. 21-47.

BARBOSA, M. A. Da microestrutura dos vocabulários técnico-científicos In: *Anais do IV encontro nacional da ANPOLL*. Recife: ANPOLL, 1989.

_____. Lexicologia: aspectos estruturais e semântico-sintáticos In: PAIS, C. T. et al. *Manual de Lingüística*. São Paulo: Vozes, 1978, p. 81-125.

BIDERMAN, M. T. C. O léxico, testemunha de uma cultura In: LORENZO, R. *Actas do XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filología Românicas: Lexicología e Metalexigrafía II*. Corunha: Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”, 1992, p. 397-405.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas lingüístico do Brasil: questionários*. Londrina: Editora da UEL, 2001.

COSERIU, E. La Geografía Lingüística. In: *El hombre y su lenguaje: Estudios de teoría y metodología lingüística*. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica / Editorial Gredos, 1954.

_____. Sistema, Norma y Habla In: *Teoría del Leguaje y Lingüística General*. 3 ed., Madrid: Biblioteca Románica Hispánica / Editorial Gredos, 1973, p.11-113.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

ENCARNAÇÃO, M. R. T. da. *Estudo geolingüístico de aspectos semântico-lexicais nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela*. 2005. 167f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 4 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo geolingüístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspectos semântico-lexicais*. 2004. 431f. Tese (Doutorado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

IORDAN, I. *Introdução à lingüística românica*. Trad. de Júlia Dias Ferreira. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1962.

MULLER, C. *Initiation à la statistique linguistique*. Paris: Librairie Larousse, 1968.

SANCHEZ, M. C. A problemática dos intervalos de classe na elaboração de cartogramas. *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro, nº 7-8, p. 3146, 1973.

SANTOS, I. P. A variação lingüística e a política de ensino/domínio da língua materna. In: SÃO PAULO. Secretaria do Estado da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Língua Portuguesa: o currículo e a compreensão da realidade*. São Paulo: CENP, 1991, p. 9-16.

_____. Proposta de análise do aspecto semântico-lexical em atlas lingüísticos regionais brasileiros. In: CUNHA, Cláudia de Souza. (Org.). *Estudos geosociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p. 83-97.

SANTOS, S. S. B. *Abordagem semântico-lexical do falar sorocabano, com base no questionário do ALiB*. 2005. Tese (Doutorado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Estudos geolingüísticos de aspectos semântico-lexicais do campo semântico 'alimentação e cozinha' (questionário do ALiB) no município de Sorocaba*. Dissertação (Mestrado em Lingüística). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. Prefácio In: NEVES, M. H. M. *Guia de usos do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, pp. 9-12.

SCHERRE, M. M. P. *Doa-se filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.